



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PROGRAMA PRÓ-LICENCIATURA
CURSO: EDUCAÇÃO FÍSICA
PÓLO UNIFAP**

IVANILDO DE OLIVEIRA COSTA

**INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA E INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES
ESPECIAIS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICAS**

**MACAPÁ
2012
IVANILDO DE OLIVEIRA COSTA**

**INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA E INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES
ESPECIAIS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Brasília/Unifap como requisito avaliativo da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, sob orientação do professor Oséias Guimarães.

MACAPÁ

2012

IVANILDO DE OLIVEIRA COSTA

**INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA E INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES
ESPECIAIS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Brasília/Unifap como requisito avaliativo da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, sob orientação do professor Oséias Guimarães.

Professor orientador Oséias Guimarães de Castro

Avaliador

Avaliador

Macapá-AP, 25 de agosto de 2012.

Aos meus familiares e amigos pelo apoio
e encorajamento;

Especialmente a minha esposa e filhos
que tem me fortalecido para enfrentar os
desafios da vida;

Aos professores que incansavelmente nos
ofereceram o conhecimento acadêmico;

AGRADECIMENTO

O Deus, razão de minha existência e pelas oportunidades que me proporciona no dia a dia.

A minha família, que sempre me apoiou em minhas decisões, e sempre estiveram do meu lado nos momentos de dificuldades.

Ao Corpo de Professores que nos presentearam com seus conhecimentos.

Ao meu orientador Prof. Oséias Guimarães de Castro pelo conhecimento experiência acadêmica que pôde compartilhar para a finalização deste estudo.

A Coordenação do curso que possibilitou a todos nós ampliar o conhecimento para desenvolvermos um trabalho pleno de realizações e êxitos. .

“Olhar atentamente para as pequenas histórias do nosso cotidiano, refletir sobre elas, contá-las aos outros, compartilharem o espanto e a admiração, dúvidas, certezas e surpresas (...) enxergar o cotidiano como espaço/tempo plural, onde ocorre o eu e o outro (...) com seus erros e seus acertos, movidos tanto pelo que 'sabem' quanto pelo que 'ainda não sabem', se encontrando simplesmente para dar continuidade à teia da vida.”

Maria Teresa Esteban

RESUMO

O presente estudo é resultado da pesquisa realizada com os professores de Educação Física da rede pública de ensino no município de Porto Grande-AP, com o objetivo de verificar a Prática Pedagógica dos Professores de Educação Física Frente aos Alunos com Deficiência. A metodologia utilizada foi uma pesquisa quantitativa e qualitativa, com um levantamento bibliográfico de diversos autores sobre os temas prática pedagógica, deficiência, inclusão e educação física escolar, com posterior criação e a aplicação de um questionário para os professores atuantes em sala de aula. Os resultados identificaram dificuldades dos professores de educação física em desenvolver sua prática pedagógica, dada à insuficiência de conhecimento nesta área, também observamos que muitos educadores somente aceitam estes alunos nas salas de aula por eles terem um amparo legal. Muitos dos profissionais entrevistados ressaltam que se sentem inseguros para atender esta demanda de alunos, e mesmo assim tentam realizar o trabalho da melhor forma possível, sendo uma grande necessidade contarmos com profissionais qualificados e preparados para trabalhar com esta diversidade de alunos, além disso, observamos que as escolas não possuem estrutura física, que garanta a acessibilidade aos alunos com deficiência. Acreditamos que através desta pesquisa, podemos construir subsídios capazes de alertar o poder público acerca das barreiras arquitetônicas e sociais, da qualidade teórica dos recursos humanos e da qualidade dos recursos pedagógicos disponíveis nas escolas da rede pública deste município, e que outras pessoas possam se dedicar a pesquisar, conhecer e divulgar a importância deste tema no âmbito escolar, familiar e na sociedade em geral.

Palavras-chave: Prática Pedagógica. Deficiência. Inclusão. Educação Física.

ABSTRACT

This study is the result of research conducted with teachers of Physical Education of the public school system in the municipality of Porto Grande, AP, in order to verify the Pedagogical Practice of Physical Education Teachers Front Students with Disabilities. The methodology used was a quantitative and qualitative research, with a bibliography of various authors on topics pedagogical practices, disability, inclusion and physical education, with further development and implementation of a questionnaire for teachers working in the classroom. The results highlighted the difficulties of physical education teachers to develop their pedagogical practice, given the lack of knowledge in this area, we also observed that many educators merely accept these students in the classroom because they have a legal support. Many of the professionals interviewed stressed that they feel insecure to meet this demand of students, and still try to do the job as best as possible and is a great need to count on qualified and prepared to work with this diversity of students, besides that, we observed that schools do not have physical structure that ensures accessibility to students with disabilities. We believe that through this research, we can build subsidies capable of alerting the public about the architectural and social barriers, the theoretical quality of human resources and quality of teaching resources available in the public schools of this city, and others to engage researching, and disseminating the importance of literacy in the school, family and society in general.

Keywords: Educational Practice. Deficiency. Inclusion. Physical Education.

SUMÁRIO

1INTRODUÇÃO.....	09
2DEFICIÊNCIA E INCLUSÃO EDUCACIONAL.....	13
2.1 Inclusão.....	16
2.2 Aspectos legais da Educação Especial.....	19
2.3 Prática Pedagógica.....	21
2.4 Prática Pedagógica na Escola.....	22
2.5 Educação Física Escolar e a Inclusão.....	27
3METODOLOGIA.....	29
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	33
5 CONCLUSÃO.....	43
REFERENCIAS.....	46

1 INTRODUÇÃO

A educação física em sua historia, foi caracterizada por um modelo em que o físico, a aptidão física e desempenho eram o mais importante, desprezando muitas vezes os aspectos sociais, cognitivos e afetivos, onde os jogos e determinadas atividades esportivas levavam o aluno a ser quase um atleta, desta forma a

educação física apresentava um modelo excludente, por apresentar aulas com métodos de ensino por repetição, o que as tornava monótonas, sem uma preocupação com a participação de todos os alunos.

Com os avanços teóricos na Educação, e também na Educação Física, novas abordagens vêm surgindo, e a LDBEN e os Parâmetros Curriculares Nacionais, vêm contribuindo para levar a disciplina a um lugar de destaque na formação de cidadãos críticos, participativos e com responsabilidades sociais. A LDBEN em seu artigo 26 no parágrafo 3º, diz que “a Educação física está integrada a proposta pedagógica da escola, é componente curricular da educação básica, ajustando-se às condições da população escolar”.

A educação Física teve dificuldades para ser aceita como componente curricular, mas a partir dos avanços teóricos a Educação Física passou a rever suas praticas e metodologias passando a incluir as pessoas com deficiência, que ainda hoje são excluídas e são vistas como incapazes, mas na realidade podem e devem estar na sociedade exercendo sua cidadania.

A Constituição Federal elegeu como fundamentos da República a Cidadania e a Dignidade da Pessoa Humana (art. 1º inciso II e III), e em seu art. 3º inciso IV diz: “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

Atualmente, a inclusão é tema de muitos debates no campo educacional, a idéia que se tem de inclusão é a de possibilitar que o aluno, independente de raça, cor, religião, cultura, classe social ou com algum tipo de deficiência, faça parte da escola na sua totalidade.

Neste sentido, a inclusão na perspectiva educacional, poderá significar que as escolas devem possibilitar o acesso de todas as crianças nos meios de ensino e aprendizagem. Segundo Nilsson (apud SANTOS & PAULINO, 2008, p. 32) “O objetivo da educação para os alunos com necessidades educacionais especiais é o

de reduzir os obstáculos que impedem o indivíduo de desempenhar as atividades e participar plenamente na sociedade.”

E analisando toda esta situação enfrentada pelos alunos com deficiência percebeu-se a necessidade de verificar a prática pedagógica dos professores de educação física, atuantes em sala de aula com estes alunos, nas escolas da rede pública do município de Porto Grande.

Em razão de todas as mudanças na concepção de educação inclusiva E os professores de Educação Física que até então encaravam estas crianças com deficiência como uma realidade muito distante, agora estão voltando para as salas de aula para se atualizarem e recebê-las. Assim a inclusão da criança com deficiência na educação regular é um dos principais indicativos de mudança em relação a esta visão.

Segundo a Constituição Federal de 1988, em seu art. 205, diz que: “a educação como direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”.

Vale ressaltar, que o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069/90, no artigo 55, reforça os dispositivos legais supracitados ao determinar que os pais ou responsáveis tenham a obrigação de matricular seus filhos ou “pupilos” na rede regular de ensino.

A Lei é clara ao garantir esses direitos aos educando, mas esquece, de aplicar na pratica o seu objetivo, pois os professores ainda encontram dificuldades em apropriar-se dessas especializações e capacitações, e também enfrentam a precariedade de investimentos em materiais e profissionais qualificados.

Diante desta problemática observa-se um abismo entre o que é a prática e o que deveria ser feito para estimular os professores a enfrentarem o desafio de uma proposta inovadora, que seja caracterizada por ações e redes de apoio que assegurem a todos os docentes uma formação continuada e reflexões sobre o ensino inclusivo, pois este não se resume simplesmente em receber alunos com deficiência e transmitir conhecimentos, mas atuar de forma eficiente e buscar conhecimento acerca do ritmo, possibilidades e limites de cada criança, havendo respeito e valorização de como ela aprende como se comporta e de como viabilizar seu processo de aprendizagem.

O cenário legalmente representado pelo discurso da prática pedagógica inclusiva direciona-se a legitimação de uma ação conscientemente inclusiva na escola, pois já se sabe que a prática da Educação Física desenvolve diversas capacidades e habilidades, estimulando os alunos a pensar, ou seja, uma prática reflexiva, adaptando a aula a todos, envolvendo atividades motoras, jogos e brincadeiras, dança lutas, ou seja, valorizando a cultura corporal do movimento, fazendo com que o aluno supere muitas dificuldades encontradas. Para Góes (2005):

A prática pedagógica já demonstra inclinação e uma tímida preparação para a finalidade da inclusão de crianças com necessidades especiais na educação física e isso é um excelente aspecto. Resta à escola a sua preparação sistemática e de manutenção de permanente qualificação e incentivos pedagógicos aos professores.

Com a inclusão de alunos com deficiência nas classes regulares de ensino, os professores de Educação Física sentem-se inseguros para lidar com os mesmos, pois não sabem o que fazer o que denuncia uma formação continuada inadequada ou inexistente do professor, essa entre tantas situações inadequadas no sistema escolar tem representado apenas a abertura das portas das escolas para a educação inclusiva, sem haver uma preocupação com a sua infra-estrutura e materiais didáticos que poderiam proporcionar condições favoráveis para o desenvolvimento da prática pedagógica dos professores.

Lopes e Valdés (2003, p. 206), afirmam que: “Há uma necessidade veemente por parte dos professores em participar de um programa de capacitação para atuar junto com alunos deficientes: - As escolas carecem de infra-estrutura adequada, os materiais são escassos e não atende a condições mínimas para realizar uma aula de Educação Física”.

Neste sentido nosso estudo parte da hipótese de que a maioria dos professores de Educação física enfrenta grandes dificuldades no momento da aula, em razão de não receberem uma formação continuada que os subsidie em sua prática pedagógica para trabalhar com esses alunos que possuem deficiência nas escolas da rede pública do município de Porto Grande. Segundo Perrenoud (2002, p. 36): “A formação, inicial ou contínua, embora não seja o único vetor de uma profissionalização progressiva do ofício de professor, continua sendo um dos propulsores que permitem elevar o nível de competência dos profissionais”.

Os objetivos do trabalho consistem em compreender como a prática pedagógica dos professores de Educação Física tem sido influenciada pela concepção de educação inclusiva nas escolas. Além disso, busca-se descrever as principais dificuldades que os professores de Educação Física enfrentam para desenvolver uma prática pedagógica voltada para a inclusão.

Algumas escolas, até pela exigência legal, têm de fato buscado programar o programa de educação física integrada em seu currículo, ao considerar a proposta da formação docente como ponto fundamental diante do processo inclusivo, busca-se uma grande transformação no ambiente educacional, pois possibilitará ao professor um novo olhar diante da diversidade que compõe o universo escolar, com uma concepção inovadora em sua prática pedagógica, contribuindo para um espaço mais inclusivo, assegurando uma formação mais humanizada aos seus alunos.

Assim, o trabalho está organizado da seguinte forma:

Inicialmente descreve-se o referencial teórico que sustenta a discussão referente ao tema, a partir de eixos temáticos como deficiência, inclusão, prática pedagógica e Educação Física. Em seguida abordam-se os procedimentos metodológicos que delinearão a pesquisa teórica e prática. Na sequência, evidencia-se a discussão e análise dos resultados obtidos durante a pesquisa de campo, finalizando-se com algumas considerações e encaminhamentos para posteriores estudos relacionados ao tema.

2 DEFICIÊNCIA E INCLUSÃO EDUCACIONAL

A palavra deficiência é o termo usado para definir a ausência ou a disfunção de uma estrutura psíquica, fisiológica ou anatômica, diz respeito à biologia da pessoa, este conceito foi definido pela Organização Mundial de Saúde.

Pessoas com deficiência são aquelas que, por alguma espécie de limitação requerem certas modificações ou adaptações no programa educacional, para que possam atingir todo o seu potencial. Essas limitações podem advir de problemas visuais, auditivos, mentais ou motores, bem como de condições ambientais desfavoráveis. (BRASIL, apud SOLER, 2002 p.77).

Historicamente as pessoas com deficiência foram marcadas, por ações discriminatórias e preconceituosas. Sendo que na antiguidade as crianças

deficientes eram mortas quando nasciam e as que conseguiam sobreviver eram abandonadas e sempre vistas como "possuídas pelo demônio".

Na Antiguidade Clássica, observa-se na literatura que as nações mantinham uma visão excludente sobre a existência de pessoas com deficiência na sociedade. Por exemplo, em Roma, muitas crianças com deficiência ou que nasciam com alguma malformação eram abandonadas geralmente sendo deixadas no Rio Tibre.

Segundo Mazzota (2003, p. 46)

Roma também teve no seio de seu comando muitos imperadores que apresentavam algum tipo de deficiência, como: Caio Júlio César, Ápio Cláudio, Cláudio I e Nero. Só que suas deficiências eram "escondidas" e ignoradas pelo povo, devido ao poder que estes possuíam em suas mãos para governar. Portanto, sendo detentores do poder, tinham a chance de não serem segregados. Além desses imperadores, Roma teve muitos outros imperadores com deficiências, que são: Galba, que apresentava problemas nas mãos e nos pés; Othon, com deformação física nas pernas; e Vitélio, que possuía grave lesão nas pernas.

Na Antiga Grécia a deficiência era vista como um problema social que deveria ser eliminado, principalmente pela valorização da beleza e o culto ao corpo. A pessoa com deficiência, por não se enquadrar no ideal de perfeição física, era considerada uma ofensa a sociedade. Assim, quando nascia uma criança que apresentava alguma deficiência esta devia passar por uma espécie de Conselho que julgaria se esta deveria viver ou morrer.

De acordo com Bez (2005, p. 39)

A criança destinada à morte era conduzida ao Apothetai, o que significa depósito. Mas, como em Roma, na Grécia houve muitas personalidades que apresentavam alguma deficiência, entre eles: Homero, que era cego; Alexandre, o Grande, que sofria de epilepsia; e Demóstenes, que sofria de gagueira.

Então, muito seguramente, podemos colocar que a sociedade não só eliminava as pessoas consideradas diferentes, mas também as fazia ficar nesta condição e perpetuava a questão da eliminação considerando que "os portadores de deficiência foram vistos como vilões, portadores de problemas hereditários, que representavam um perigo para a continuidade da espécie" (MENDES s/d, p. 08).

Percebe-se que na Antiguidade mesmo o comportamento diferente da pessoa com deficiência era considerado como advindo de forças sobrenaturais,

sugerindo a crença em uma origem demoníaca das doenças e, mais especificamente, da deficiência mental.

Com o Cristianismo todos passaram a acreditar que os seres humanos eram filhos de Deus, tornando-se pecado tirar a vida de qualquer cristão deficiente ou não, assim, os deficientes não podiam mais ser mortos. Mas continuaram a ser abandonados pela sociedade, sendo excluídos por se entender que não podiam produzir trabalho por não terem um corpo perfeito, sendo considerados como inválidos.

Já na Idade Média, a explicação fundamentada no sobrenatural recebeu destaque. , segundo Amiralian (2006, p. 57)

O homem passou a ser submetido a poderes invisíveis, tanto para o bem quanto para o mal; a prática de magia e as relações com o demônio eram parte do cotidiano. Em consequência disso a sociedade agia distintamente com as PNEE, conforme o tipo de excepcionalidade apresentada: os psicóticos e epiléticos eram considerados possuídos pelo demônio; alguns estados de transe eram aceitos como possessão divina, e os cegos eram reverenciados como videntes, profetas e adivinhos.

Assim, a situação do indivíduo com deficiência era concebida como um estigma nocivo e a sociedade não conseguia obter uma explicação científica para as diversas necessidades especiais que surgiam. O tratamento atribuído aos deficientes era pautado em concepções totalmente sujeitas as interpretações populares, não sujeitas a experimentação científica, tornando a qualidade de vida desse segmento limitada.

Avançando no tempo chega-se ao século XVIII, e surgem as primeiras explicações de cunho naturalista para o comportamento dos deficientes. Segundo PESSOTTI (1984, p.72)

O desenvolvimento da ciência permite questionar os dogmas religiosos e começam a surgir estudos mais sistemáticos na área médica visando explicar tais comportamentos. Os estudos na área da medicina permitiram verificar que muitas deficiências eram resultantes de lesões e disfunções no organismo. Dessa forma, a medicina começa a ganhar um forte espaço, e as PNEE passam a ser vistas como objeto e clientela de estudo desta área. Isso não significou ainda uma redução na discriminação social de que eram vítimas, mas, sim, um marco no que se refere ao atendimento às suas necessidades básicas de saúde apenas. Assim, podemos dizer que há uma continuidade da segregação aos deficientes. Com o objetivo de oferecer tratamento médico e aliviar a sobrecarga da família e da sociedade, as PNEE eram mandadas para asilos e hospitais, na companhia de prostitutas, loucos e delinquentes.

A chegada da Revolução Industrial, muda, ainda que lentamente, a concepção de deficiência, com transformações econômicas e sociais, caracterizadas pela aceleração do processo produtivo e pela consolidação da produção capitalista, abrindo caminho para o processo de produção em série, que exige a escolarização em massa dos trabalhadores.

É nesse contexto que começa a se ter a consciência de que existe uma parcela da população que apesar das limitações físicas, ainda pode servir de mão-de-obra para as indústrias. Foi o momento em que este grupo de pessoas passou a ser considerada menos eficiente, ou seja, deficientes, por não conseguirem aprender conforme as normas escolares instituídas.

Esse pensamento foi difícil de ser combatido, pois a resistência na concepção de deficiência como algo indesejado acabava por transmitir a idéia de que pessoas que sofriam com esse mal eram inúteis, vivendo dependentes dos outros. Em termos mais simples compreende-se que o abandono e a eliminação das pessoas com necessidades especiais eram atitudes comuns que marcaram as sociedades ocidentais.

Mas com as transformações sociais, culturais e educacionais a deficiência passou a ser vista sob uma perspectiva mais realista e humana.

Glat (1997) diz que: “o processo de integração educacional, profissional e social do deficiente é muito importante e que as características particulares da pessoa devem ser respeitadas”.

Neste contexto, desenvolvendo um trabalho de educação física escolar apropriada aos deficientes, é possível mostrar à sociedade que todo cidadão, deficiente ou não, é capaz de viver com suas deficiências, praticando alguma atividade física, sem que as pessoas os olhem com compaixão, mas sim, como capazes de ampliar suas possibilidades nos campos social, político e cultural. Segundo BETTI e ZULIAN,(2002 p.75):

A Educação Física enquanto componente curricular da educação Básica tem que assumir uma nova postura, incluir e integrar o aluno as culturas corporais do movimento, formando o cidadão que irá reproduzi-la, voltando-se para lúdico, a socialização, envolvendo vários conteúdos, como, luta, dança jogos e brincadeiras, aptidão física e esportes em geral, em virtude da qualidade de vida.

Sendo necessário na prática da atividade física com o deficiente trabalhar os valores como determinação, cooperação, auto-superação, autoconfiança, socialização, bem como habilidades motoras e cognitivas visando uma educação física que os conscientize de suas deficiências, mas que os faça conhecer suas possibilidades e motivá-los na busca de melhorias para a sua qualidade de vida. Para Soler (2005, p.105): “A participação dos alunos com deficiência nas aulas de Educação Física é de extrema importância, assim elas desenvolverão as capacidades, perceptivas, afetivas, favorecendo a sua autonomia, criticidade e independência”.

Assim, através da atividade física escolar e de uma excelente estrutura física, a escola tem um papel fundamental para o aluno deficiente, de trazer melhorias para a sua qualidade de vida, visando sempre o aprendizado, a integração e socialização do mesmo. Mas infelizmente no âmbito escolar nem todos conseguem uma vaga em uma instituição com serviço educacional adequado, seria necessário que o acesso à escola com atendimento de profissionais capacitados e especializados fosse para todos, a fim de prepará-los para uma vida autônoma como membros plenos da sociedade.

2.1 Inclusão

A Inclusão, como processo social amplo, vem acontecendo em todo o mundo, fato que vem se efetivando a partir da década de 50, sendo a inclusão, um movimento mundial de luta das pessoas com deficiências e seus familiares na busca dos seus direitos e lugar na sociedade para exercerem sua cidadania. Para Sasaki, 1997: “a inclusão é um processo amplo, com transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos e na mentalidade de todas as pessoas, inclusive da própria pessoa com necessidades especiais”.

A idéia de uma sociedade inclusiva se fundamenta numa filosofia que reconhece e valoriza a diversidade, como característica inerente à constituição de qualquer sociedade partindo desse princípio e tende como horizonte o cenário ético dos Direitos Humanos, sinaliza a necessidade de se garantir o acesso e a participação de todos, a todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada indivíduo. Segundo a Constituição, no capítulo III, Da

Educação, da Cultura e do Desporto, artigo 205, a Constituição prescreve em seu art. 208, que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: “[...] atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

A grande maioria dos professores vê a busca de transformação do sistema educacional brasileiro como um projeto válido, socialmente justo e necessário. Entretanto manifestam ansiedade e medo de caminhar nessa tarefa, fato absolutamente natural, já que o cuidado amplo da diversidade se trata de algo não familiar, a ser realizado num contexto repleto de limites sistêmicos.

Muitos, ainda, buscam informações e orientações para a realização da tarefa. São inúmeras as perguntas que fazem diariamente. A seguir uma relação das questões mais freqüentes:

- ✓ Quem é aluno com necessidades especiais?
- ✓ Aluno com necessidades especiais não é aluno com deficiência?
- ✓ Ter aluno com necessidades educacionais especiais na sala regular não vai prejudicar os demais alunos?
- ✓ Como posso ajudar um aluno com necessidades educacionais especiais, enquanto tenho outras dezenas de alunos sem deficiência, de quem dar conta na sala de aula?
- ✓ Como ensinar a um aluno que tem dificuldade grande de abstração, que não se comunica verbalmente e fica distraído o tempo todo?
- ✓ O que é realmente de minha competência? Até onde vai minha responsabilidade?

Entretanto, a grande parte desse desconforto tem se revelado fruto do desconhecimento do que é um sistema educacional inclusivo, do despreparo da comunidade acadêmica para o ensino da diversidade, da inexistência de modelos prévios na realidade brasileira, aliados às condições objetivas de funcionamento de nossas unidade escolares e salas de aula.

Uma discussão franca e aberta sobre esse fato e o oferecimento de cursos de capacitação para o professor, aliados ao efetivo desempenho das instâncias político-administrativas superiores de sua parte da responsabilidade (implementação das adaptações de grande porte e disponibilizarão regulares de suporte técnico-científico para a ação pedagógica), tem produzido mudanças nessas manifestações.

Segundo Edler Carvalho (1998, p. 170): Na escola, "pressupõe, conceitualmente, que todos, sem exceção, devem participar da vida acadêmica, em escolas ditas comuns e nas classes ditas regulares onde deve ser desenvolvido o trabalho pedagógico que sirva a todos, indiscriminadamente".

A escola como espaço inclusivo têm sido alvo de inúmeras reflexões e debates, a idéia da escola como espaço inclusivo nos remete às dimensões físicas e atitudinais que permeiam a área escolar, onde diversos elementos como a arquitetura, engenharia, transporte, acesso, experiências, conhecimentos, sentimentos, comportamentos, valores etc. coexistem, formando este lócus extremamente complexo. A partir disto, a discussão de uma escola para todos tem suscitado inúmeros debates sobre programas e políticas de inserção de alunos com necessidades especiais. Para Kunc (1992, p. 56):

O princípio fundamental da educação inclusiva é a valorização da diversidade e da comunidade humana. Quando a educação inclusiva é totalmente abraçada, nós abandonamos a idéia de que as crianças devem se tornar normais para contribuir para o mundo.

Sabe-se também que nem todas as escolas estão preparadas para receber o aluno com uma deficiência e por vários motivos, entre eles, porque os professores não se sentem seguros para atender adequadamente as necessidades daqueles alunos e porque os escolares que não têm deficiência não foram preparados sobre como aceitar ou brincar com os colegas com deficiência. Para Pedrinelli (1994: 69), "todo o programa deve conter desafios a todos os alunos, permitir a participação de todos, respeite suas limitações, promover autonomia e enfatizar o potencial no domínio motor".

Na escola, os educando com deficiência leve e moderada podem participar de atividades dentro do programa de Educação Física, com algumas adaptações e cuidados, a realização de atividades com crianças, principalmente aquelas que envolvem jogos, devem ter um caráter lúdico e favorecer situações onde a criança aprende a lidar com seus fracassos e seus êxitos.

A oportunidade e ampliação de escolarização à pessoas que se diferenciam da grande maioria do público que freqüentam nossas escolas, tem sido dificultada, desde os primeiros projetos quanto os mais recentes, por falta de reconhecimento às especificidades e peculiaridades desses educandos. Muitas iniciativas alardeadas

como contribuição, em especial por seu caráter genérico, quando avaliadas parecem responder muito mais ao processo de legitimação da marginalidade social.

2.2 Aspectos legais da Educação Especial

Novos paradigmas estão se consolidando e norteando socialmente a concepção de pessoas com deficiência na direção de análises sociológicas vocacionadas a compreendê-las como sujeitos de direitos, participativas, capazes e comprometidas com as mudanças sociais.

Esta perspectiva apóia-se na idéia de qualidade, compensação e caracterização positiva da deficiência. O papel da educação pressupõe um macro entendimento onde a escola enquanto instituição fundamental na interface com o conhecimento deve ter compromisso multilateral baseada na perspectiva holística de perceber o homem e a realidade social, e assim desconstruir a visão segregacionista e excludente, subtraindo do escopo escolar a modalidade de ensino que interage de forma diferenciada com pessoas deficientes.

Um dos documentos que ratificam a necessidade de garantir a igualdade a todos os indivíduos denomina-se de Declaração dos Direitos Humanos.

Artigo VII - Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Esse artigo exemplifica a concepção universal de acesso e igualdade de todos perante a lei, pois numa sociedade que pretende-se inclusiva, garantir os direitos, sem distinção por sua aparência ou necessidade especial constitui um dos mais importantes princípios a serem respeitados e valorizados.

Segundo Brasil (2001,p.14)

O país fez opção pela construção de um sistema educacional inclusivo ao concordar com a Declaração Mundial de Educação para todos, firmado em Jamtiém, na Tailândia em 1990, e ao mostrar consonância com os postulados produzidos em Salamanca (Espanha - 1994), na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade.

É salutar reconhecer que esses dois documentos internacionais tiveram grande importância para que a legislação brasileira posicionasse pelo atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais, preferencialmente em classes comuns das escolas, em todos os níveis, etapas e modalidades de educação e ensino.

Estabelecida na Constituição Federal Brasileira, de 1824, o direito à educação para todos os brasileiros na época do Brasil Império e as constituições de 1934, 1937 e 1946, também dão a mesma garantia a todos, o direito à educação. Percebe-se que no Brasil as leis que assistem o direito da educação a todos os brasileiros, pouco e até mesmo quase nada se efetiva a todos os cidadãos, visto que todas essas constituições garantiam o acesso com dificuldades especiais. Pois se vê que o nosso atual texto constitucional de 1988 igualmente formaliza no art. 205, a educação como direito de todos e dever do Estado e da família. (BRASIL, 2000)

No art. 206, os princípios eminentemente democráticos são ressaltados a igualdade de condições não só para o acesso, mas também para permanência na escola; a liberdade de aprender, ensinar e divulgar o pensamento; o pluralismo de idéias e concepções pedagógicas; a consistência de instituições públicas e privadas, a existência de ensino público gratuito. A gestão democrática do ensino público mostra que no Brasil para cada 10% da população existe uma pessoa com algum tipo de deficiência, sendo assim é inadiável a necessidade do sistema educacional brasileiro, organizar-se e estrutura-se de forma que as pessoas com necessidade especiais tenham o acesso e a permanência na escola.

O fato de a nova LDB reservar um capítulo exclusivo para a educação especial parece relevante para uma área tão pouco contemplada, historicamente, no conjunto das políticas públicas brasileiras. O relativo destaque recebido reafirma o direito à educação, pública e gratuita, das pessoas com deficiência, condutas típicas e altas habilidades.

Demo (1997) explica que nas leis 4.024/61 e 5.692/71 não se dava muita importância para essa modalidade educacional: em 1961, destacava-se o descompromisso do ensino público; em 1971, o texto apenas indicava um tratamento especial a ser regulamentado pelos Conselhos de Educação - processo que se estendeu ao longo daquela década.

O texto da L.D.B 9394/96 contém aspectos importantes para a educação especial, além da parte específica, que também constituem desdobramentos de itens da Constituição. A flexibilidade dos critérios para admissão e promoção escolar, aspecto identificado como positivo pode ser também benéfica para a escolarização de alunos com necessidades especiais.

2.3 Prática Pedagógica

A prática pedagógica tem como ponto de partida os aspectos culturais, socioeconômicos, as relações de produção, ideologias, classes sociais, e é parte integrante de um processo social e de uma prática social que envolve não só o espaço escolar, mas as relações sociais que produzem a aprendizagem de diversas formas.

Veiga (1992, p. 16), afirma que: a prática pedagógica é "... uma prática social orientada por objetivos, finalidades e conhecimentos, e inserida no contexto da prática social. A prática pedagógica é uma dimensão da prática social...".

Para que se desenvolva a prática pedagógica é preciso que se pesquise e analise, determinada situação para então desenvolver métodos que supram a necessidade de compreensão dessa problemática dentro do contexto em que esta inserida, as ações devem ser pensadas e produzidas, contribuindo assim com a disseminação do conhecimento.

Segundo Martins (1998, p.48):

O levantamento dos dados necessários à análise do objeto de estudo realiza-se num processo metodológico de pesquisa-ação, durante o qual os sujeitos da pesquisa problematizam, analisam e realizam intervenções nas suas práticas pedagógicas, ao mesmo tempo em que contribuem para sistematização de novos conhecimentos.

Ocorre que, querendo ou não estamos sempre pensando, agindo, propondo, aprimorando algo, em função de alguma coisa, mas para que esses saberes sejam transmitidos com clareza, é necessário que ocorra um processo de entendimento por parte de quem o irá repassar, e adequação desse saber para o público alvo. Segundo Sacristán e Gómez (1998, p. 9):

Sem compreender o que faz, a prática pedagógica é mera reprodução de hábitos existentes, ou respostas que os docentes devem fornecer à demanda e ordens externas. Se algumas idéias, valores e projetos se tornam realidade na educação é porque os docentes os fazem seus de alguma maneira: em primeiro lugar, interpretando-os, para depois adaptá-los... Apenas na medida em que cada um tenha claro um projeto e essas idéias, pode ser um profissional consciente e responsável.

O profissional de educação é capaz de buscar informações e conhecimentos, se apropriar deles, articulá-los, reformulá-los e transmiti-los, mas para que isso ocorra satisfatoriamente requer tempo e disponibilidade, para que em um dado momento se analise e se avalie se os métodos utilizados corresponderam às expectativas desenvolvendo assim a prática pedagógica. Nelisse (1997, p. 6), diz que: “um fazer ordenado que envolva professores e alunos no micro-sistema da sala de aula e exige um momento de planificação, interação, avaliação e, finalmente, reflexão crítica da ação desenvolvida”.

Cada um possui a sua prática pedagogia, não existe uma formula que ensine a desenvolvê-la, o importante é que o aluno possa compreender com clareza, e que no ato de ensinar também se aprenda com as informações e conhecimentos que os alunos detêm, favorecendo uma aprendizagem satisfatória para todos.

2.4 Prática Pedagógica na Escola

O sucesso da aprendizagem escolar depende da maneira que o professor exercer sua prática pedagógica, esta pode ou não ser influenciada pela sociedade, pode ser apenas reprodutiva ou pode ser indagadora. A questão é que se utilize dessa prática para que ela venha fazer a diferença na aprendizagem dos alunos, que gere a curiosidade pela indagação e assim este aluno possa se apropriar deste conhecimento, não só para a sala de aula, mas para a vida. Novaski (1993, p. 15) diz: “para que serve uma sala de aula se não for capaz de nos transportar além da sala de aula?”.

Essa prática reprodutiva vem ser a mera reprodução de conteúdos da grade curricular sem muitas inovações que instigue o aluno a pensar, e a participar da aula. Já a indagadora e a problematizadora, busca o debate, a participação e a compreensão do aluno quanto ao conhecimento e a disseminação do mesmo. O ideal seria se trabalhar esses dois tipos de práticas reprodutiva/ indagadora, de forma satisfatória para todos, alunos e professor. Porém cada professor utiliza a sua

prática da maneira que ele acredita que estará contribuindo na aprendizagem e na formação do cidadão, essa prática pode ser trabalhada em conjunto ou individualmente. Vale ressaltar que a própria escola, a gestão e a equipe pedagógica também influenciam no desenvolvimento da prática pedagógica. Segundo Myzukami e Rodrigues (1996, p. 63):

Professores geram quadros referenciais ao longo de suas interações com as pessoas e com aspectos das instituições nas quais trabalham, de forma que as novas concepções resultantes não são nem inteiramente determinadas pelo contexto, nem inteiramente escolhidas por eles. A elaboração dos quadros referenciais do professor constitui, nesse contexto, uma mediação entre teoria e prática revelando, de um lado, novos significados da teoria e, de outro, novas estratégias para a prática.

O processo educativo ocorre quando o professor desenvolve métodos que venham suprir a necessidade dos alunos, ele ira pesquisar, analisar, reelaborar e adaptar o conhecimento para então transmiti-lo ao seu alunado de forma satisfatória, tentando assim desenvolver a compreensão e a aprendizagem, não esquecendo que o aluno também contribui nessa troca de conhecimentos através da participação e do dialogo, transformando a sala de aula em um espaço em que todos aprendem juntos de maneira significativa. Para Caldeira (2000, p.7):

O professor será, assim, interventor, dinamizador, facilitador e organizador de todo o processo educativo: Interventor, na medida em que induz à mudança de mentalidades, de atitudes, de comportamentos e seja motivador de novas aprendizagens; Dinamizador, de pessoas e de grupos no sentido da ultrapassagem de conflitos, problemas e obstáculos, com vista ao objetivo do desenvolvimento integrado de todos e de cada um. Facilitador, de aprendizagens, porque auxilia de descobertas e potenciado dos recursos disponíveis.

Para que a prática pedagógica seja realizada, deve haver uma elaboração antecipada, um planejamento das ações que o professor ira utilizar para dar encaminhamento ao seu trabalho, buscar e reunir informações, determinar os objetivos, optar por métodos e estratégias que facilitem a aprendizagem, verificar o material que será necessário para o desenvolvimento da aula e definir um método de avaliação.

Todo esse processo será determinante para organização na realização da aula. Porém o professor esta sujeito a alcançar ou não os seus objetivos, justamente por isso o planejamento é flexível, para que se possibilite uma nova reflexão a certa das ações tomadas. Carvalho e Diogo (1999, p. 13), ressaltam que: “dizem que a

planificação tem “um pé” na situação vivida e o outro na situação desejada, comportando a linha condutora da ação, dando-a um significado e sentido específicos”.

Portanto, o professor que quer realizar um ensino de qualidade, deve refletir diariamente sobre sua prática pedagógica, se realmente esta sendo significativo e estimulante para o ensino-aprendizagem de seus alunos, pois ele influenciara de forma direta na educação dos mesmos, contribuindo para a formação de seres críticos.

Incluir pessoas com deficiência nas escolas de Educação Regular eleva a consciência da sociedade e lança semente de inclusão educativa. A educação é uma questão de direito toda pessoa com deficiência deve fazer parte da sociedade, considerando que todos nascem livres e iguais em dignidade e direito. Portanto construir uma sociedade democrática com igualdade e liberdade, onde os direitos humanos sejam respeitados e protegidos, repudiando-se a desigualdade social e todas as diversas formas de exclusão de qualquer pessoa.

Em sentido mais amplo, o ensino inclusivo é a prática da inclusão de todos independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural. Para GÉURIN (2001) “uma sociedade aberta a todos que estimula a participação de cada um a aprecia experiência humanas, e reconhece o potencial de todo cidadão, é denominado sociedade inclusiva”.

Ainda, de acordo com Daltrini (2004) A sociedade inclusiva tem como propósito principal oferecer oportunidade igual para cada pessoa seja autônoma e autodeterminada, mas para que uma sociedade se torne inclusiva é preciso cooperar no esforço coletivo de sujeitos que dialogam em busca do respeito, da liberdade e da igualdade. Como sabemos nossa sociedade ainda não é inclusiva, há grupos de pessoas discriminadas, inclusive nas denominações que recebem: inválidos, excepcionais etc [...], essas palavras revelam preconceitos e, através delas, estamos falando, são essas pessoas, que precisam mudar para que possam estar inseridos na sociedade, assim dizemos que é de responsabilidade da pessoa com deficiência a sua integração a sociedade. Para isto, até as palavras e expressões para denominar as diferenças devem ressaltar os aspectos positivos, e, assim promover mudanças de atitudes em relação a essas diferenças, é dever de todos fornecerem mecanismos para que possam ser incluídos

Entretanto, para a inclusão ter sucesso, as escolas devem ser comunidades conscientes, para VANNI (1994, p. 56).

Que sem este sentido de comunidade os esforços para alcançar resultados acadêmicos superiores ou até mesmo para manter a disciplina são fundamentalmente obstruídos. Para que isso seja possível, esse sentido na escola deve ser motivo de um esforço consciente. A construção da comunidade requer um trabalho criterioso e sustentando para responder a pelo menos três tendências sociais influente. Em primeiro lugar, a maior parte das escolas públicas reúne alunos e pessoas de diversas origens e condições. Em segundo, um numero cada vez maior de crianças e de família tem de descobrir como criar uma vida decente e satisfatória diante das muitas forças poderosas que prejudicam os vínculo familiares e comunitários. Em terceiro lugar a experiência tem mostrado que há um número crescente de crianças e adultos que não se submetem passivamente á autoridade

A escola deve ter uma proposta inclusiva coerente com possibilidade de resignação de sua prática pedagógica por meio do respeito ao deficiente, estilo de aprendizagens, respeito a pluralidade cultural, a adaptação que a escola deve promover, adequando espaço físico para melhor atender os alunos especiais e também possibilitar a evolução da sociedade, tornando-a mais igualitária, tolerante, cooperativa em benefícios de todos.

Porém, o grau de compromisso com a inclusão de usuários com deficiência abrange uma variada escala, pode-se dizer que, em uma das extremidades encontram-se aquelas crianças que desenvolvem habilidades sociais e de comunicação eficiente e funcional, têm um prejuizo mínimo nas áreas sensoriais motoras e podem apresentar comportamento similar as crianças de sua idade não portadoras de deficiência. Na escola encontra-se aquela criança com nível de comprometimento intelectual mais acentuada, porém capazes de adquirir habilidades sociais e de comunicação, necessitando de apoio e de acompanhamento mais constante para sua aprendizagem e desenvolvimento.

Outros apresentam um significado intelectual e normalmente associado a outros comportamentos. Durante os primeiros anos da infância, essas crianças adquirem pouca (ou nenhuma) fala comunicativa e apresenta prejuízos substantivos no desenvolvimento sensório-motor. Beneficia-se de estimulação multisensorial, requerendo um ambiente estruturado favorável ao seu desenvolvimento e aprendizagem com apoio e acompanhamento constantes. Podemos encontrar uma

enorme variedade de forma de apresentação e de condições, e de desenvolvimento e aprendizagem, tantas quantas forem às crianças com deficiências: moderada, severa e profunda.

Moderada: pode adquirir hábitos de autonomia pessoal, tendo maiores dificuldades. Podem aprender a se comunicar pela linguagem verbal, mas apresenta freqüentemente dificuldades na expressão oral e na compreensão dos convencionalismos sociais. Apresentam desenvolvimento motor aceitável e tem possibilidade de adquirir alguns conhecimentos pré-tecnológico que lhe permitem realizar algum trabalho. Dificilmente chegam a dominar as técnicas instrumentais de leitura, escrita e cálculo (CALDEIRA, 2000).

Severa: necessita geralmente de proteção e ajuda, pois o seu nível de autonomia tanto social como pessoal é pequeno. Apresenta muitas vezes problemas psicomotores. Poderão AP

render algum sistema de comunicação, mas sua linguagem verbal será sempre muito deficitária. Podem ser treinados em algumas atividades de vida diária básica e em aprendizagem pré-tecnológicas muito simples (SOLER, 2005).

Profunda: apresenta grande problema sensório-motor e de comunicação com o meio, são dependentes de outras pessoas em quase todas as funções e atividades, pois o seu handicap físico e intelectual é gravíssimo.

Tratando especificamente do segmento minoritário constituído pelos alunos com necessidades educacionais especiais, já se constata alguns avanços: garantindo acesso ao ensino regular, a disponibilização de materiais e equipamentos especializados, a nível nacional, constata-se que há um grande número de unidades escolares.

As deficiências físicas são mais fáceis de identificar, mas existem algumas necessidades especiais, que são difíceis de compreender e lidar, sendo preciso uma atenção mais aguçada do professor que está lidando com essa criança, uma vez que muitos professores ainda hoje encontram dificuldades e dúvidas, ao lidar com essa situação, pois não consegue perceber que a criança necessita de ajuda para superar suas necessidades físicas ou intelectuais.

2.5. Educação Física Escolar e a Inclusão

A partir da Lei de Diretrizes e Bases de 1996, houve um esforço de reformulação das propostas curriculares, tornando a educação física componente curricular da educação básica. A partir desta nova concepção, as aulas de educação física passaram a desenvolver outras práticas corporais além dos esportes, como a dança, a ginástica geral, jogos e lutas, e através delas e do próprio esporte, exercer seu papel de contribuir na formação da criança.

Assim, a Educação Física passa a ter um novo conceito de ensinar tendo como principal objeto de estudo o aluno, podendo ser entendida como uma disciplina que interage com o aluno em sua totalidade, englobando aspectos biológicos, psicológicos, sociais, culturais e a relação entre eles.

Movimento, neste caso, é encarado como o principal meio e fim da educação física, podendo estar, ocasionalmente, ocorrendo durante as aulas outras aprendizagens, no sentido afetivo, social e cognitivo, como consequência da prática das habilidades motoras (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1998).

A aula de educação física não é apenas uma hora de lazer ou recreação, mas é uma aula como as outras, cheia de conhecimentos que poderão trazer muitos benefícios se inseridos no cotidiano, pois oferecem excelentes oportunidades para desenvolver nos alunos valores como respeito, cooperação e solidariedade.

É importante ressaltar que é possível trabalhar com as atividades tradicionais não só pelo aspecto mecânico, mas também pelo aspecto em favor de uma busca aprofundada de peculiaridades formadoras de sua essência, trabalhando com os alunos a partir de suas curiosidades referentes à atividade e oportunizando aos mesmos conhecerem conceitos históricos, artísticos e suas diversas possibilidades.

Na perspectiva inclusiva da educação física escolar é imprescindível que incluir os alunos na aula de Educação Física é muito mais do que garantir a participação nas atividades, é possibilitar condições concretas de tornar-se cada vez mais autônomo e independente, pois a educação física na escola se constitui em uma grande área de adaptação ao permitir, a participação de crianças e jovens em atividades físicas adequadas às suas possibilidades, proporcionando que sejam valorizados e se integrem num mesmo mundo.

Segundo Cidade e Freitas, 1997: “o Programa de Educação Física quando adaptada ao aluno portador de deficiência, possibilita ao mesmo a compreensão de suas limitações e capacidades, auxiliando-o na busca de uma melhor adaptação”.

A Educação Física Escolar no momento atual pode e deve promover a autonomia dos grupos e, no jogo, valorizar o universo da cultura lúdica, desenvolvendo a cooperação, a inclusão social, a participação de todos, valorizando a criatividade, a diversidade cultural, o lazer, para uma melhor qualidade de vida dos alunos.

3 METODOLOGIA

Este estudo tem como base a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo, visando alcançar o objetivo de investigar a intervenção pedagógica de inclusão dos alunos com Necessidade especial nas aulas de Educação Física da rede pública do município de Porto Grande - AP.

A pesquisa bibliográfica foi realizada através de estudos, mediante uma literatura sistemática na internet, em livros e revistas, procurando ressaltar as idéias centrais defendidas por cada autor com relação ao assunto em estudo. Assim construímos a nossa bibliografia com base teórica fundamentando-se nos pressupostos conceituais dos seguintes autores apresentados neste artigo. De acordo com Manzo (apud Marconi e Lakatos, 2007): “Pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”.

E visando a obtenção de dados descritivos este estudo caracteriza-se por uma pesquisa qualitativa e quantitativa, mediante contato direto e interativo entre o pesquisador e o objeto de estudo. É denominada qualitativa por estudar os temas no seu cenário natural, buscando interpretá-los em termos do seu significado assumido pelos indivíduos; para isso, usa uma abordagem holística, que preserva a complexidade do comportamento humano. A pesquisa qualitativa é importante para firmar conceitos e objetivos a serem alcançados e dar sugestões sobre variáveis a serem estudadas com maior profundidade.

A pesquisa de campo de caráter quantitativo teve como área geográfica o Município de Porto Grande, que está localizado a 110 km da Capital do Estado Macapá, com uma população estimada em 16.000 dezesseis mil habitantes, segundo censo 2010. O município possui 31 Instituições de Ensino pública pertencentes ao estado e ao município, sendo 05 dentro da sede do município e 26 em seu interior. Das 31 escolas, somente 07 delas possuem professores de Educação Física, foco da nossa pesquisa. Para o acesso às escolas e aos professores, empreenderam-se visitas preliminares nas quais foram prestados os esclarecimentos para a direção de cada escola sobre o trabalho a ser realizado na referida pesquisa. Luck (1996, p. 01 à 05) assegura que:

(...) para realizar uma pesquisa é preciso promover o confronto entre os dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico acumulado a respeito dele (...). Que o papel do pesquisador é justamente o de servir como veículo inteligente e ativo entre esse conhecimento acumulado na área, e as novas evidências que serão estabelecidas a partir da pesquisa. É pelo trabalho como pesquisador que o conhecimento específico do assunto vai crescer.

A escola da rede pública do município de Porto Grande-AP, possuem 6.038 alunos matriculados, sendo que 43 dos alunos matriculados possuem algum tipo de deficiência, segundo o censo escolar 2010, informado pela Prefeitura do município, partindo desta informação indagamos: Será que as escolas da rede pública do município de Porto Grande estão de fato, implementando ou tentando implementar medidas de inclusão que forneça subsídios para o desenvolvimento da prática pedagógica dos professores de Educação Física e que venha atender de forma adequada os alunos com deficiência? Pois segundo Mazaro (et al, 2008):

Não é a deficiência que impede o desenvolvimento do sujeito, mas as condições que lhes são proporcionadas podem ou não assegurar a transmissão e aquisição do saber sistematizado. Cabe, então, a educação fazer com que o sujeito com deficiência aprenda a utilizar-se de vias colaterais, tendo acesso aos mesmos conteúdos que os demais, pois o que deve ser valorizado são as potencialidades e não o defeito.

Acredita-se que a criação de instrumentos válidos de medição e avaliação dessa realidade possa colaborar no processo de disseminação da informação entre pais, professores e alunos envolvidos. Tendo em vista a crescente importância do tema exposto temos como nosso objetivo é investigar a Intervenção Pedagógica e Inclusão de Alunos com Necessidades Especiais nas aulas de Educação Física do

município de Porto Grande-AP, e a partir do cumprimento deste objetivo acredita-se poderem construir subsídios capazes de alertar o poder público acerca das barreiras arquitetônicas e sociais, da qualidade teórica dos recursos humanos e da qualidade dos recursos pedagógicos disponíveis nas Escolas da rede pública deste município.

A coleta de dados foi realizada através de entrevista estruturada, com a elaboração de um roteiro com perguntas previamente planejadas, para facilitar no momento da análise de dados, a comparação das respostas entre os participantes. As perguntas foram feitas através de questionários, elaboradas a partir do objetivo da pesquisa, sendo elas, objetivas (abertas) ou subjetivas (fechadas), pois de acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas “o questionário é um instrumento ou programa de coleta de dados. Sua confecção é feita pelo pesquisador, seu preenchimento é realizado pelo informante”. Os quais serão transcritos posteriormente e analisados individualmente, haja vista que utilizamos esta opção metodológica por ser a mais indicada neste caso, pois segundo Teixeira (2008):

O enfoque empírico – analítico no nível técnico utiliza técnicas de coleta, tratamento e análise de dados quantitativos, valendo-se de medidas e procedimentos estatísticos onde os dados serão coletados através de testes padronizados e questionários fechados, apresentados em gráficos ou tabelas.

Iniciamos nossa pesquisa de campo pela Escola Estadual Elias de Freitas Trajano de Souza, localizada no bairro do aeroporto, na periferia do município, que atende somente o Ensino médio, a Escola possui 839 alunos, e 02 professores de Educação Física.

A segunda instituição foi a Escola Municipal Adão Ferreira de Souza, também localizada no Bairro do Aeroporto, periferia de município, a escola atende da educação infantil ao 9º ano do ensino fundamental e também a EJA, possui 941 alunos e 03 professores de Educação Física.

A Terceira Escola foi a Escola Estadual Professora Maria Cristina Botelho Rodrigues, localizada no centro da cidade, atende do ensino fundamental I ao ensino médio, possui 1.110, e 03 professores de Educação Física.

A quarta foi a Escola Municipal de Acre, localizada no centro da cidade, atende da educação infantil ao 9º ano do ensino fundamental e também ao EJA,

possui 1.200 alunos, e 02 professores de Educação Física, sendo que um deles trabalha também na Escola Estadual Maria Cristina Botelho Rodrigues.

A quinta foi a Escola Estadual Matapí II, localizada na Colônia Agrícola do Matapí, na Linha “A”, a 17 km da sede do município, a escola atende do 1º ano ao 9º ano do Ensino fundamental, possui 176 alunos e 01 professor de Educação Física.

A sexta instituição foi a Escola Estadual Linha “H”, que fica localizada na Colônia Agrícola do Matapí, na Linha “H”, a 19 km da sede do município, atende do 1º ano ao 9º ano do ensino fundamental, possui 93 alunos e 01 professor de Educação Física.

E sétima e última instituição foi a Escola Estadual São Francisco de Assis, localizada na Colônia Agrícola do Matapí, na Linha “C”, a 22 km da sede do município, atende do 1º ano ao 9º ano do ensino fundamental, possui 135 alunos e 01 professor de Educação Física.

A pesquisa foi desenvolvida com os professores das escolas mencionadas, conforme critérios estabelecidos anteriormente pela coleta de dados, no período de Maio/2012 a Junho/2012. A escolha dos sujeitos participantes da pesquisa justificase por serem lotados em escolas componentes do universo pesquisado que atuam ou não com alunos deficientes. Segundo (MINAYO, 2006 p 76):

O trabalho de campo e, portanto uma porta de entrada para o novo, sem conteúdo, são as perguntas que fazemos para a realidade, a partir da teoria que apresentamos e dos conceitos transformados em tópicos de pesquisa que nos forneceram a grade ou a perspectiva de observação e de compreensão. Por tudo isso, o trabalho de campo além de ser uma etapa importantíssima da pesquisa, e o contratempo dialético da teoria social.

Após a coleta de dados, foram feitas as apurações destes através de cálculo de porcentagem com apresentação em tabelas, pois objetivamos detectar através de estatísticas, quais as dificuldades encontradas pelos professores de educação física na Intervenção Pedagógica e Inclusão de Alunos com Necessidades Especiais nas aulas de Educação Física da rede pública do município de Porto Grande-AP. Segundo Teixeira, (2008): “A Pesquisa quantitativa utiliza a descrição matemática como uma linguagem, ou seja, a linguagem matemática é utilizada para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis etc”.

O objetivo da estatística vem ser o de firmar o tipo de aproximação existente entre a teoria técnica utilizada e os dados colhidos entre as pessoas ouvidas durante

o trabalho de pesquisa. De acordo com a mesma, esse tipo de trabalho, deve ter sua utilização quando a questão formulada objetivar perceber qual a influência entre fatores como: escolaridade, tempo de trabalho; quais os motivos que podem promover uma determinada problemática; quais poderão ser as conseqüências de algumas situações para os envolvidos dentro de um determinado processo; com que freqüência uma situação tem ocorrido; que fatores têm prevalecido em determinado componente do processo educacional.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

A partir dos resultados obtidos na pesquisa “Intervenção Pedagógica e Inclusão de Alunos com Necessidades Especiais nas aulas de Educação Física da Rede Pública do Município de Porto Grande-AP”, apresentados em forma de tabela, discutiu-se o mesmo e verificou-se que:

(1ª) Durante a sua formação acadêmica, você recebeu alguma orientação específica para trabalhar com alunos com deficiência?	SIM	NÃO	JUSTIFICOU	NÃO JUSTIFICOU
	70%	30%	70%	30%
(2ª) Você pretende fazer cursos na área de Educação Física Adaptada?	SIM	NÃO	JUSTIFICOU	NÃO JUSTIFICOU
	80%	20%	80%	20%
(3ª) Você já trabalhou ou trabalha com alunos com deficiência?	SIM	NÃO	JUSTIFICOU	NÃO JUSTIFICOU
	40%	60%	40%	60%
(4ª) A Escola disponibiliza algum especialista para dar apoio na aula de Educação Física?	SIM	NÃO	JUSTIFICOU	NÃO JUSTIFICOU
	10%	90%	20%	80%
(5ª) Você tem conhecimento suficiente para lidar com crianças com deficiência?	SIM	NÃO	JUSTIFICOU	NÃO JUSTIFICOU
	10%	90%	60%	40%
(6ª) Você gosta ou gostaria de trabalhar com crianças com deficiência?	SIM	NÃO	JUSTIFICOU	NÃO JUSTIFICOU
	60%	40%	80%	20%
(7ª) Você acredita que a criança com deficiência é ou seria bem aceita por seus colegas de turma?	SIM	NÃO	JUSTIFICOU	NÃO JUSTIFICOU
	70%	30%	70%	30%

(8ª) Você acredita que o processo de ensino integrado é benéfico para todas as crianças?	SIM	NÃO	JUSTIFICOU	NAO JUSTIFICOU
	90%	10%	50%	50%
(9ª) A sua escola esta preparada para receber alunos com deficiência (estrutura física, recursos materiais, profissionais especializados, etc..)	SIM	NÃO	JUSTIFICOU	NAO JUSTIFICOU
	20%	80%	60%	40%

Segundo a apuração dos questionários aplicados, a questão inicial buscava saber se durante a formação acadêmica, estes receberam alguma formação para trabalhar junto aos alunos com deficiência. Sendo que 70% dos professores disseram que sim.

Isso é confirmado pela declaração do P1 “No curso de formação, ainda que de forma superficial, recebemos orientações para o trabalho com a educação inclusiva”. Além disso, o P2 disse “foi oferecido um curso voltado pois cursaram a disciplina PNE’s, que esclareceu muitas duvidas, mas que não é o suficiente para desenvolver atividades com alunos com deficiência.

Nota-se que, contrário a isso, 30% dos educadores responderam que não receberam nenhuma formação. Sendo que o P5 disse “Minha formação infelizmente não destacou disciplinas referentes ao trabalho com alunos deficientes”. Vale ressaltar que esse professor possui mais de 10 anos de formação, e segundo os mesmos, a Educação Física exigia somente o desenvolvimento físico do aluno.

Neste sentido a formação do professor é um dos elementos principais para que o processo de inclusão na educação realmente ocorra. Sempre houve serias dificuldades impostas aos docentes, de um lado as dificuldades na formação acadêmica e as poucas chances que o profissional da educação encontra para se atualizar. Segundo Kunz (2005, p.60):

Um dos eixos norteadores dos currículos acadêmicos e programas de formação em serviço de professores de Educação Física devem estabelecer como meta a capacitação para reflexões que te matizem e anunciem possibilidades de intervenções pedagógicas em diferentes espaços institucionais. Ao reconhecermos que o professor de Educação Física tem sua identidade profissional marcada pelo perfil histórico de educador, ressaltamos que estranhamente, nos cursos de licenciatura em Educação Física, a escola tem sido pouco valorizada como terreno fértil de estudo, investigação, produção e implementação coletiva..

A formação continuada e a qualificação para os professores que atuam em escolas inclusivas consistem não só em adquirir conhecimentos voltados para a inclusão no espaço escolar, mas em buscar ações eficientes que contribuam para a construção da aprendizagem, como estratégias que colaborem de fato no ensino-aprendizagem dos educando e na formação de cidadãos críticos.

É preciso que o educador se prepare continuamente, pois ele estará envolvido em situações específicas, compreendendo que os alunos de uma mesma sala não são iguais, que possuem diferentes modos de entender o mundo que os cerca, cabendo ao professor superar seus próprios desafios e preparar-se metodologicamente, contribuindo através de seus conhecimentos para a superação das discriminações de ordem cultural, étnica e social que surgirem no ambiente escolar.

Além disso, as metodologias de ensino, decorrentes de uma formação eficaz, adotadas por professores na prática inclusiva diária também é um fator capaz de fazer a diferença no processo de ensino e aprendizagem. Isto ocorre porque a forma como o professor ensina, com base em concepções e linhas metodológicas específicas tem uma grande influência sobre os alunos nas aulas de Educação Física. Na realidade, a própria didática do professor desta disciplina no momento de optar por determinada concepção metodológica nas aulas faz com que os alunos ou se sintam motivados a contribuir, participar e criticar, ou simplesmente pode afastá-los dos conteúdos, fazendo com que a indiferença seja um traço marcante no comportamento destes.

Por isso é preciso dar ênfase as aulas que formam para a atuação em sociedade. De nada adianta adotar uma concepção metodológica supostamente sintonizada com as necessidades do momento, se o aluno com necessidades especiais não consegue se identificar com as metodologias utilizadas pelo professor nas aulas de Educação Física.

Existe a necessidade, então, de que as metodologias dos do professor de Educação Física venham a atender as necessidades efetivas da aprendizagem visando consolidar a inclusão nas aulas desta disciplina.

Na sequencia perguntou-se aos professores se pretendiam fazer cursos na área de Educação Física Adaptada. Observa-se que 80% dos educadores responderam que sim. O P3 afirmou que “É uma vontade que tenho à nível de

complementação, para que eu desenvolva uma prática pedagógica mais dinâmica e eficiente junto aos alunos com necessidades especiais”.

O P4 disse ainda que “pretendo cursar algo que me ajude a lidar com as especificidades do aluno com deficiência, pois quero buscar mais conhecimentos e experiências, pois a qualquer momento posso ter que receber alunos com alguma deficiência e quero se sentir preparado para trabalhar com eles, para que os mesmos não se sintam excluídos”.

Vale ressaltar que muitos reclamaram da falta de cursos na área da Educação Física Adaptada no estado do Amapá, talvez por este motivo, muitos ficam desmotivados e receosos em receber os alunos com deficiência, pois Lopez e Valdés (2003) fazem a seguinte observação:

Todos são incisivos em afirmar que qualquer profissional que for lidar com alunos que necessitem de um atendimento diferenciado, precisa, e isso é fundamental na opinião deles, de uma preparação, uma capacitação, para subsidiar, para enriquecer o trabalho para que o mesmo se torne produtivo, prazeroso e principalmente que atenda as reais e naturais aspirações destes alunos (p.204).

Nos processos de inclusão escolar, tem sido recorrente o discurso de que um dos entraves a inclusão são exatamente problemas na formação docente. Frente a essa assertiva, Castellanos, citado por Lopes e Valdés (2003, p. 196), faz a seguinte consideração:

[...] entende-se que é necessário desencadear estudos que possam contribuir para uma formação complementar especial do professor de Educação Física que atenda às necessidades educacionais especiais tanto do aluno deficiente auditivo como de outras deficiências, favorecendo uma inclusão de qualidade. E quando se fala em processo de inclusão, já é um motivo que leva ao aprimoramento da formação profissional dos professores, constituindo um motivo para que a escola se modernize em prol de uma sociedade a qual não deverá haver espaços para preconceitos, discriminação, barreiras sociais e/ou culturais.

E para que essa inclusão ocorra verdadeiramente, há necessidade de possibilitar aos professores de educação física, parte importante nesse processo, a oportunidade de realizarem cursos e capacitações que dêem suporte necessário para o desenvolvimento de sua prática pedagógica com os alunos com deficiência. 20% disseram que não pretendem fazer cursos nesta área, e não justificaram suas respostas.

É essa formação voltada para a Educação Inclusiva, atendendo as necessidades singulares dos alunos com necessidades educacionais especiais no processo de utilização dos componentes metodológicos é estar atento à diversidade. Essa é atribuição da administração das instituições de ensino, analisando-se as possibilidades de avaliar a eficácia das propostas efetivadas.

Além de reconhecer esse princípio fundamental, Freire & Shor (1996) acrescentam um outro aspecto importante nas práticas inclusivas nas aulas de Educação Física.

A educação libertadora é, fundamentalmente, uma situação na qual *tanto* os docentes quanto os aprendizes devem ser os que aprendem; devem ser os sujeitos cognitivos, apesar de serem diferentes. Este é, para mim, o primeiro teste da educação libertadora: que tanto os docentes como os membros do corpo administrativo sejam agentes críticos do ato de conhecer (p. 46).

Dessa forma, a atuação do corpo administrativo das escolas incentive a participação dos professores em cursos de formação específica para o trabalho com a Educação Inclusiva, levando em consideração fatores sociais, culturais e a história educativa de cada um, como também características pessoais. Deve-se dar atenção especial ao professor que demonstra a necessidade de resgatar práticas pedagógicas mais condizentes com a realidade do aluno. Trata-se de garantir condições teóricas e práticas para que os docentes desenvolvam uma metodologia plenamente fundamentada nas concepções clássicas de estudiosos do passado mas com a atenção focada nas teorias recentemente produzidas por estudiosos na contemporaneidade.

Todos os professores precisam ter preocupação primária com a participação em cursos que aprimorem sua prática, com o apoio em metodologias realmente funcionais e que cativem os alunos, tornando-os plenamente capacitados para enfrentar os desafios sócio-educacionais.

Outro questionamento buscava saber se os professores já haviam trabalhado ou se trabalham com alunos que apresentam deficiência. Na presente pesquisa, 60% dos professores, mencionaram que ainda não trabalharam com alunos com necessidades especiais.

O P6 disse que “apesar de não ter trabalhado ainda é um desejo particular que tenho à fim de me tornar um profissional completo”. O P7 disse ainda que “Não trabalhei ainda mas pretendo tão logo essa oportunidade surja”.

Na pesquisa, 40% dos professores relataram que já trabalharam ou têm alunos com deficiência em sua classe. Stainback e Stainback (1999, p. 30), diz que:

A inclusão há poucos anos era considerado irrealista pela maioria das pessoas até mesmo discutir a possibilidade de educar os alunos, incluindo aqueles com alguma necessidade educacional especial, nas escolas e nas turmas regulares. Agora, isso está sendo feito, em um número pequeno, porém crescente.

O trabalho com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais deve ser uma responsabilidade a ser assumida com formação técnica e prática que contribua para a aprendizagem efetiva dos alunos.

Ao questionar se a escola disponibiliza algum especialista para dar apoio na aula de Educação Física, apenas 10% responderam que sim.

O P1 declarou que “Há somente uma conversação entre o especialista e o professor de Educação Física, não há um acompanhamento na aula”. Concordando com isso o P5 disse “realmente temos apenas um coordenador que dialoga e sugere algumas atividades, sem acompanhar o processo”.

A grande maioria dos entrevistados, ou seja, 90% responderam que não, pois os especialistas desenvolvem suas atividades somente nas salas do AEE. O P8 foi categórico ao dizer que “as dificuldades são muitas e não contamos com o apoio da coordenação pedagógica”

O atendimento educacional especializado é um serviço da educação especial destinado aos alunos com deficiência, tendo em vista criar condições favoráveis de acesso aos conteúdos escolares e ao conhecimento em geral. Este atendimento constitui uma alternativa disponível no âmbito do sistema escolar, sendo considerado um direito a ser usufruído pelo aluno que dele necessita. De acordo com as diretrizes políticas do Ministério da Educação:

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com

vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (MEC/SEESP, 2008).

Diante deste fato, é de extrema importância que haja a parceria entre o professor de Educação Física e os Especialistas do Atendimento Educacional Especializado, para juntos planejarem e executarem atividades complementares para o desenvolvimento do aluno com deficiência.

De acordo com a pergunta você tem conhecimento suficiente para lidar com crianças com deficiência, dos professores participantes da pesquisa, 90% responderam que não, acreditam que não é fácil trabalhar com esses alunos, pois os mesmo exigem uma maior atenção e um trabalho bem planejado para poder desenvolver as atividades com todos os alunos. Somente 10% dos professores responderam que sim, pois já fizeram cursos na área da Educação Física adaptada, e relata que tem facilidade em adaptar sua aula aos alunos com deficiência. “Pois segundo Soler (2005, p. 105)”. “O professor que deverá trabalhar na escola inclusiva deve estar apto e conhecer os vários tipos de necessidades especiais, pois só assim poderá propor atividades integradoras”.

Ver-se ai, o receio da maioria dos professores em receber alunos com deficiência, pois pela falta de conhecimento nesta área, acabam formando um preconceito a respeito destes alunos, sem conhecerem suas reais limitações, PIRES (2006) diz:

Diante das dificuldades de tal enfrentamento, alguns profissionais chegam a afirmar que seria mais produtivo que alunos com necessidades especiais, em vez de procurarem a escola comum que não lhes pode oferecer as condições de uma autêntica inclusão, permanecessem em clínicas ou instituições especializadas que contam com profissionais para atendê-los.

O processo educativo inclusivo traz sérias implicações para os docentes e para as escolas, que devem centrar-se na busca de rever concepções, estratégias de ensino, de orientação e de apoio para todos os alunos, a fim de que possam ter suas necessidades reconhecidas e atendidas, desenvolvendo o máximo de suas potencialidades.

De acordo com Strapasson e Carniel (2007):

A função da Educação Física na escola é educar para compreender e transformar a realidade que nos cerca, a partir de sua especificidade que é a cultura de movimento. Dessa forma, a Educação Física deve propiciar o

desenvolvimento global dos seus alunos, ajudar para que os mesmos consigam atingir a adaptação que requerem suas limitações e ou deficiência.

Diante da importância da Educação Física no desenvolvimento do aluno, vemos a necessidade de integrar cada vez mais alunos, professores, pais e sociedade em geral, para vencer desafios, quebrando as barreiras que ainda impedem os deficientes de participarem ativamente na sociedade.

De acordo com a tabela, perguntou-se se os professores acreditavam se a criança com deficiência é ou seria bem aceita por seus colegas de turma. Dos professores participantes da pesquisa, 70% responderam que sim.

O P3 declarou que “hoje a inclusão é um tema constantemente debatido nas escolas e na mídia, e os alunos estão mais abertos para recebem alunos com deficiência”.

O P6 disse que “hoje é mais fácil que os alunos aceitem e interajam com os colegas que apresentam deficiência em razão da ênfase na inclusão”.

Por outro lado, 30% dos professores responderam que não. O P3 disse “o preconceito ainda é muito grande entre as pessoas”. Segundo FALKENBACH (2002, P. 32) “As características dos grupos de alunos também são consideradas para ampliar as possibilidades pedagógicas das aulas, assim a Educação Física deve utilizar-se de boas aprendizagens”.

A contribuição que a escola traz para os alunos deficientes é a socialização, ou seja, a escola dá-lhes a oportunidade para esses alunos estarem interagindo com as crianças normais, sendo importante para tais crianças estarem convivendo com a diversidade, pois desta forma, aprendem a lidar com o diferente, a Educação Física é uma prática que se utiliza de práticas corporais, que o educador pode envolver os diferentes contextos, diferentes escolas e principalmente alunos diferentes.

Outra pergunta buscava saber se os professores acreditavam que o processo de ensino integrado é benéfico para todas as crianças. Assim, 90% dos professores de Educação Física responderam que sim. O P2 declarou que “o contato com crianças com deficiência pode facilitar a aprendizagem, beneficiando a todos na escola, já que o ensino integrado refere-se às crianças com deficiências para aprenderem de forma eficaz quando freqüentam as escolas regulares, tendo como instrumento a qualidade do ensino”. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 no Art. 4º (p. 19):

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

No ensino integrado, a criança é vista com problema e necessitando se adaptada aos demais estudantes, e o professor bem como os pais dos alunos com alguma deficiência, como também os pais que não possuem filhos nestas condições são responsáveis por promoverem também esta integração, que sem dúvida alguma, trará para todo o aprendizado das “diferenças” e do respeito com o qual se deve lidar com elas.

Com relação à pergunta feita sobre a estrutura física, os recursos materiais e profissionais especializados, 80% responderam que as escolas não estão preparadas para receber os alunos com deficiência, principalmente no que dizem respeito à estrutura física dessas instituições, algumas possuem materiais e profissionais, mas ainda assim, não estão preparadas para receber os alunos com deficiência. Nesse contexto, Rosseto (2005, p. 43), constata que:

O programa desejado de inclusão é audacioso na medida em que prevê qualidade de ensino para todos, pois exigirá mais recursos disponíveis nas escolas para atender às necessidades decorrentes dos programas vigentes e ainda de um maior envolvimento docente quanto a sua formação e reflexão, o que tem causado inquietação aos professores, pois cabe a eles a responsabilidade de organizar as aprendizagens do aluno supostamente diferente dos outros, ordenando um espaço onde as trocas entre todos sejam facilitadoras de aprendizagens.

O Ministério da Educação (MEC-SEESP, 2001, p. 37) estabelece que: “... os gestores educacionais e escolares devem assegurar a acessibilidade aos alunos que apresentem necessidades educacionais especiais”.

As leis que amparam os direitos dos alunos com necessidades educacionais especiais são claras, objetivas e avançadas, no entanto ainda não existe a vontade política para implementação do estabelecido no Plano Nacional de Educação quando trata da Educação Especial. Segundo o referido Plano “O ambiente escolar como um todo deve ser sensibilizado para uma perfeita integração” As condições materiais e físicas, assim como o apoio técnico são fatores importantíssimos lembrados pelos professores.

Na sociedade em que vive o professor, que antes de tudo é um ser humano que enfrenta desafios, existem fortes pressões que se alargam por todos os setores em face da velocidade das informações, da revolução tecnológica e da competitividade no mercado de trabalho.

Há uma situação de instabilidade geral que provoca insegurança e incertezas, com o próprio tempo adquirindo novas dimensões, em nada se assemelhando a outras épocas.

Assim, nessa primeira década do século XXI, denominada de “pós-modernidade”, as transformações são evidentes na forma como o professor tem desempenhado seu trabalho

Pós-modernidade é uma condição na qual a vida política, econômica, organizacional e até mesmo a pessoal passam a ser organizadas em torno de princípios muito diferentes daqueles da modernidade. Filosófica e ideologicamente, os avanços nas telecomunicações ao lado do alargamento e rapidez na divulgação da informação fazem com que se rompam antigas certezas ideológicas e as pessoas descubram que existem outras formas de viver (HARGREAVES, 2004, p. 37).

Não há dúvida, portanto, que em diversificados campos de atividade, muitos profissionais buscam a inovação, o diferente, formas alternativas e pouco convencionais de agir, numa corrida para se atingir os objetivos propostos. Apesar das instituições de ensino constituírem espaços formadores do cidadão, observa-se que os docentes possuem muitas habilidades por eles adquiridas no próprio ambiente de trabalho, em um tempo muito inferior ao que se julga ser necessário.

A questão de como preparar o docente com as habilidades que se supõe necessárias possuir, e ao mesmo tempo ajustá-lo às características do mercado de trabalho atual, é discutível. Hoje, a introdução da tecnologia e de formas inovadoras de ensinar vem sendo discutida no sentido de se apoiar ambientes de aprendizagem mais abertos e motivadores, principalmente através de uma didática ajustada as necessidades de alunos e professores.

5 CONCLUSÃO

A construção deste estudo representou um grande desafio, até mesmo por ser um tema o qual gera tanta polêmica dentro das instituições escolares e que se apresenta como um grande desafio dos profissionais que atuam com alunos deficientes. Ao término da pesquisa realizada foi possível compreender que mesmo com a exigência prevista na legislação, muitas escolas ainda têm um grande desafio tanto com profissionais qualificados como com as adequações necessárias para receber esta demanda de alunos.

Com base nos dados coletados foi possível notar que muitos educadores somente aceitam estes alunos nas salas de aula por eles usufruírem um amparo legal, mas esquecem que necessitam realizar uma prática diferenciada de forma a trabalhar todas as suas potencialidades dos alunos deixando de lado suas “necessidades”. Alguns dos profissionais entrevistados ressaltam estar inseguros para atender esta demanda de alunos e mesmo assim tentam realizar o trabalho da melhor forma possível, sendo uma grande necessidade de contar com profissionais qualificados para trabalhar com esta diversidade de alunos.

A qualificação profissional faz com que se exerça um trabalho de maneira a atender e contemplar uma melhor aprendizagem, respeitando ritmos diferenciados bem como elaborar propostas que atendam as necessidades individuais de cada alunado.

Sendo que a escola tem de contar com um planejamento aberto e flexível assim como desenvolver atividades com especialistas, organizando uma boa estrutura e trabalhar em conjunto com a família, haja vista, que é uma necessidade de todos os alunos aprenderem juntos, pois, todos têm o direito a uma educação de qualidade com tratamento de forma igualitária e sem preconceitos, sabemos que o processo inclusivo causa extrema mudanças e muitas vezes até mesmo certo desconforto, porém, se faz necessário buscarmos novos conhecimentos os quais possibilitem um trabalho adequado que atenda a todos sem discriminação.

Acredita-se que todo conhecimento deve ser construído, como já mencionava Vigostski (2007): “o trabalho docente exige dedicação, reflexão, busca e constante atualização visto que vivemos em uma sociedade transitória e de constantes mudanças às quais devemos acompanhar”.

Para finalizar ressalta-se mais uma vez que é importante desenvolver um trabalho focado na igualdade de direitos, ainda que existam diferenças entre as pessoas. Sendo assim, a educação deverá atender a todos, bem como adaptar o sistema educativo ao aluno e não pretender que o aluno se adapte ao sistema. A estrutura escolar é quem deverá ajustar às necessidades de todos educando favorecendo a integração e o desenvolvimento de todos.

Os educadores devem estimular ações voltadas para o processo de inclusão, sempre focados em um princípio de dedicação, preparo e compreensão acerca da temática, pois ao estudar a Intervenção Pedagógica e Inclusão de Alunos com Necessidades Especiais nas aulas de Educação Física é introduzir-se em um espaço que ainda dá os seus primeiros passos rumo à qualificação nesse processo. Descreveu-se assim porque já se percebe uma sensibilização para a necessidade da inclusão, bem como já são manifestadas experiências que permitem aos professores pensarem nessa perspectiva. A compreensão dos professores de educação física investigados permite compreender que ainda há aspectos a serem esclarecidos acerca da inclusão na sua prática pedagógica.

Os professores, ao mesmo tempo em que se mostram favoráveis à inclusão, deixam claro suas restrições em relação a como deve ser feita. Os professores ainda mantêm a idéia de que há algumas necessidades especiais que podem estar na prática regular e outras que não podem. Entende-se que esse aspecto é totalmente compreensível e que precisa avançar. Mas é um discurso muito diferente da educação física excludente e segregadora que guarda resquícios no pensamento e na ação dos professores de educação física.

O pensamento é o primeiro aspecto a mudar e precisa ser continuamente qualificado e refletido. As experiências relacionais dos professores participantes do estudo destacam uma boa relação nas aulas de educação física. Essa relação está amparada em esforços dos professores para possibilitar à criança sua participação nas aulas.

O fato que é destacado nesse processo é de os professores atuarem com base em experiências pessoais ou com base em seus conhecimentos prévios acerca das necessidades especiais. Podemos entender que tanto a formação inicial como a formação continuada dos professores não se ocupa de estudos sistemáticos

acerca da prática pedagógica da educação física que inclui crianças com necessidades especiais.

Finalmente desejamos refletir essas considerações finais à luz do referencial teórico de Vygotsky (1997), que ensina que antes de buscar saber que necessidades especiais a criança possui, é necessário saber que criança possui necessidades especiais. É a partir dessa compreensão que podemos destacar que a escola é o ambiente que pode favorecer possibilidades para a criança, independente de suas necessidades especiais. Os professores de educação física podem ser capacitados para potencializar as capacidades da criança. É nessa perspectiva que a escola em sua totalidade pode prover um ambiente propício à criança com necessidades especiais.

REFERENCIAS

BETTI, Mauro; ZULIANI, Luiz Roberto. **Educação Física Escolar: Uma proposta de Diretrizes Pedagógicas**. Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte. Bauru, 2002.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Brasília: Ministério da Educação, 1996.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Conanda, 1990.

CALDEIRA, J. **Escola para todos: Formação pessoal e social**. Disponível em: www.hottopos.com/vidlib7/e2.htm. Acessado em 29 de dezembro de 2011.

CARVALHO, A.; DIOGO, F. **Projeto educativo**. Porto Alegre. Edições Afrontamento, 1999.

CIDADE, R. E; FREITAS, P. S. **Noções sobre Educação Física e Esporte para Pessoas Portadoras de Deficiência**. Uberlândia, 1997.

EDLER CARVALHO, R. **Temas em Educação Especial**. Rio de Janeiro: Ed. WVA, 1998.

FALKENBACH, Atos Prinz. **A questão da integração e da inclusão nas aulas de Educação Física**. Revista Digital. Disponível em: www.efdesportes.com. Acesso em: 16 de setembro de 2011.

FELTRIN, Antonio Efro. **Inclusão social na escola: quando a pedagogia se encontra com a diferença**. Ed. São Paulo: Paulinas, 2007.

GLAT, R. **Um novo olhar sobre a integração do deficiente**. In: MANTOAN, M. I. E. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo : Memnon: Editora SENAC, 1997. p. 196-201.

GÓES, M. C. R. **Desafios da inclusão de alunos especiais: a escolarização do aprendiz e sua constituição como pessoa**. In: GÓES, M. C. R.; LAPLANE, A. L. F. **Políticas e Práticas de Educação Inclusiva**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

KUNC, N. - The Need of belong. Rediscovering Maslows Hierarchy of Needs in VILLA, J. S. THOUSAND, W. STAINBACK E S. SATINBACK - REESTRUCTURING FOR CARING AND EFFECTIVE EDUCATION: NA ADMINISTRATORS GUIDE TO CREATING HETEROGENEOUS SCHOOLS. Baltimore, Paul H. Brookes, 1992, p. 25-39.

KUNZ, Elenor. **Didática da Educação Física 2**. 3ª Ed. Ijuí: Unijuí, 2005. (Coleção educação física).

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamento de metodologia científica**. 6º ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LOPES, A. W. A.; VALDES, M. T. M. **A formação dos professores de educação física que atuam com alunos com necessidades educacionais especiais (deficiência auditiva):** uma experiência no ensino fundamental na rede pública de ensino de Fortaleza. Disponível em: www.marilia.unesp.br. Acesso em: 16 de setembro 2011.

LUCK, Heloisa. **Gestão educacional:** estratégia e ação global e coletiva do ensino. In FINGER, Almeida et al. **Educação caminhos e perspectivas**. Curitiba: Champagnat, 1996.

MANTOAN, M. T. **A integração de pessoas com deficiência:** contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon, 1997.

MARTINS, Pura Lúcia. **A didática e as contradições da prática**. Campinas: Papyrus, 1998.

MAZARO, Leonete Dalla Vecchia (et. al.). **Algumas discussões sobre o trabalho docente na perspectiva do desenvolvimento e da escolarização da pessoa com deficiência**. Congresso Brasileiro de Educação Especial, 3ª Ed., São Carlos, Anais 2008.

MEC – Ministério da Educação e da Cultura – **Secretaria de Educação Especial Política Nacional de Educação Especial**, Brasília MEC – SEEDSP, 1994.

MINAYIO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento:** Pesquisa Qualitativa em Saúde, 7ª Ed. São Paulo – Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 2000.

MINAYO, M.S.C. **O Desafio do Conhecimento**. 9º ed. Ampliada e aprimorada. São Paulo: Hucitec, 2006.

MYZUKAMI, Maria da Graça; RODRIGUES, Aline (Org.). **Formação de professores:** tendências atuais. São Carlos: Ed. UFSCar, 1996.

NÉLISSE, C. *L'intervention: les savoirs em action*. São Paulo, Ed. GGC, 1997.

NOVASKI, Augusto J. C. **Sala de aula:** uma aprendizagem do humano. In: MORAIS, Regis de (org.) **Sala de aula:** que espaço é esse? 6. Ed. Campinas: Papyrus, 1993.

PARAMETROS CURRICULARES NACIONAIS. Educação Física. V. 7. Secretaria de Educação Fundamental. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

PEDRINELLI, V. J. **Educação Física Adaptada:** Conceituação e Terminologia. In: Educação Física e Desporto para Pessoas Portadoras de Deficiência. Brasília: MEC-SEDES, SESI-DN, 1994.

PERRENOUDE, P. **Formando professores profissionais:** quais estratégias? Quais competências. 2º Ed., Porto Alegre: Artmed, 2002.

- PIRES, Gláucia Nascimento. **Cotidiano Escolar na Escola Inclusiva**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.
- ROSSETO, Maria Célia. **Falar de inclusão, falar de que sujeitos**. In: **Educação Especial: olhares interdisciplinares**. LEBEDEFF, Tatiana Bolívar; PEREIRA, Isabela Lima e Silva. Passo Fundo Ed. UPF 2005.
- SACRISTÁN, Gimeno; GÓMEZ, Pérez. **Compreender e transformar o ensino**. Trad. Ernani F. Fonseca Rosa. 4. Ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- SANTOS, Mônica Pereira dos; PAULINO, Marcos Moreira. **Inclusão em educação: culturas, políticas e práticas**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- SASSAKI, Romeu K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro, Ed. WVA, 1997.
- SOLER, Reinaldo. **Brincando e Aprendendo na Educação Física Especial**. São Paulo: Sprint 2002.
- SOLER, Reinaldo. **Educação Física Inclusiva: em busca de uma escola plural**. Editora Sprint: Rio de Janeiro, 2005.
- STAINBACK, Susan & STAINBACK, William. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: artmed, 1999.
- STRAPSSON, A. M. E; CARNIEL, F. **A Educação Física na Educação Especial**. Revista Digital efdesportes-Buenos Aires. Disponível em www.efdesportes.com. Acesso em: 16 de setembro de 2011.
- TEIXEIRA, Elizabeth. **As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa**. 5 Ed. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008.
- VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **A prática pedagógica do professor de Didática**. 2. Ed. Campinas, Papirus, 1992.
- VYGOSTKY, Lev. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos superiores**. São Paulo: Martins Fontes: 2007.